



PROCESSO TC N.º 13538/21

Objeto: Aposentadoria

Órgão/Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Pilõezinhos

Interessado (a): Antonio Grangeiro

Responsável: Anderson da Silva Paulino

Relator: Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchidos os requisitos constitucionais e legais para aprovação do feito. Concessão de registro e arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO AC2 – TC – 01488/22

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC 13538/21, que trata da APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO do (a) Sr (a) Antonio Grangeiro, matrícula nº 21, ocupante do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Administração, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA DELIBERATIVA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

- 1) JULGAR LEGAL E *CONCEDER REGISTRO* ao referido ato de aposentadoria.
- 2) *DETERMINAR* o arquivamento dos autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.
TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara

João Pessoa, 28 de junho de 2022



PROCESSO TC N.º 13538/21

RELATÓRIO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): O presente Processo trata da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição do (a) Sr (a) Antonio Grangeiro, matrícula nº 21, ocupante do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Administração.

A Auditoria em seu relatório constatou que apesar da informação a respeito da data de admissão original na portaria à fl. 5, constata-se a ausência do ato de admissão ocorrido em 02/02/1984 ou de cópia da CTPS onde conste tal registro, constando apenas a referida portaria à fl. 5, a qual, em 23/11/1999, renova o contrato originado em 02/02/1984.

Houve notificação do gestor responsável que apresentou defesa, esclarecendo: tendo em vista a ausência da documentação na pasta funcional, o servidor Antônio Grangeiro alegou que sua CTPS original foi extraviada, dessa forma não poderia apresentar o documento solicitado. Porém, apresentou cópia da sua carteira de trabalho digital, na qual consta seu vínculo com o Município de Pilõezinhos desde 02/02/1984.

A Auditoria acata os esclarecimentos da defesa e entende que merecem ser sanadas as inconsistências apontadas no relatório inicial e, conseqüentemente, concedido o registro da aposentadoria do Sr. Antonio Grangeiro, consubstanciada na portaria de fls. 114.

É o relatório.

VOTO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): A referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado da Paraíba, e o estabelecido no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º18/1993, que atribuíram ao Tribunal de Contas do Estado a responsabilidade pela apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de aposentadorias.

Considerando a conclusão a que chegou a Auditoria, voto no sentido de que a 2ª CÂMARA do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA* considere legal e conceda o competente registro ao ato de aposentadoria, consubstanciada na portaria de fls. 114, e determine o arquivamento dos autos.

É o voto.

João Pessoa, 28 de junho de 2022

Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

Assinado 28 de Junho de 2022 às 20:15



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 28 de Junho de 2022 às 18:19



Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

Assinado 29 de Junho de 2022 às 13:02



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO